

e 2º, da Resolução CNMP n. 23/2007 e art. 39, §§ 1º e 3º, da Resolução CPJ/MPPI n. 01/2008.

Proceda-se à devida movimentação no SIMP.

Teresina-PI, data e assinatura digitais.

JANAÍNA ROSE RIBEIRO AGUIAR

Promotora de Justiça

5. CEAF

5.1. EDITAL Nº 01/2025 - REVISTA ELETRÔNICA DO MPPI

EDITAL Nº 01/2025 - REVISTA ELETRÔNICA DO MPPI

CHAMADA DE TRABALHOS 7ª EDIÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

O CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, considerando o disposto no Ato PGJ Nº 1036/2020 (Alterado pelo Ato PGJ Nº 1.479/2025), torna pública a abertura de prazo para submissão de trabalhos, com vistas à publicação na Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí, 7ª edição, ano 2025, nos seguintes termos:

A Revista Eletrônica do MPPI é um periódico de publicações que versa sobre temáticas inerentes aos interesses tutelados pelo Ministério Público e/ou às funções institucionais a ele atribuídas pela Constituição da República e por leis infraconstitucionais, com incentivo a pluralidade de abordagens e perspectivas.

1.1A Revista Eletrônica do MPPI, sob a responsabilidade do Centro de Estudos e aperfeiçoamento Funcional/MPPI, é um periódico semestral (ISSN 2764-4057), de acesso aberto, que tem por objetivo fomentar a produção de trabalhos, estudos e pesquisas, bem como disseminar o conhecimento acadêmico e científico.

A Revista Eletrônica do MPPI tem caráter multidisciplinar, o que permite o acesso à informação em diversas áreas do Direito e de outras ciências correlatas, desde que em conformidade ao previsto no item 1 deste Edital.

Adicionalmente, o Conselho Editorial poderá convidar para publicar na Revista autores de notório renome nacional e, também, internacional com conhecimento específico em área temática, enobrecendo-a.

A submissão dos trabalhos deve ser realizada, exclusivamente, por meio da plataforma da Revista Eletrônica do Ministério Público pelo link: <https://submissoes.mppi.mp.br/revista/revista-eletronica-7a-edicao>.

Ao submeterem artigos à Revista, os autores declaram ser titulares dos direitos autorais, respondendo exclusivamente por quaisquer reclamações relacionadas a tais direitos, bem como autorizam a Revista, sem ônus, a publicar os referidos textos em qualquer meio, sem limitações quanto ao prazo, ao território ou qualquer outra, incluindo as plataformas de indexação de periódicos científicos nas quais a Revista venha a ser indexada. Os artigos publicados serão licenciados sob a licença Creative Commons CC BY (Atribuição).

A Revista fica também autorizada a adequar os textos a seus formatos de publicação e a modificá-los para garantir o respeito à norma culta da língua portuguesa.

Como condição para submissão, os artigos deverão atender obrigatoriamente às regras de composição, formatação, citações, destaques e referências especificados no REGULAMENTO DE SUBMISSÃO (ANEXO I deste Edital), bem como atender à POLÍTICA EDITORIAL DA REVISTA, podendo serem encontradas na página da Revista Eletrônica do MPPI, no site do Ministério Público do Estado do Piauí (www.mppi.mp.br).

Os textos não poderão conter qualquer informação de autoria ou qualificação dos autores. Tais informações deverão ser preenchidas no formulário próprio de cadastro do sistema da revista.

Os artigos deverão ser encaminhados no período de **14 de março de 2025 a 28 de abril de 2025**.

Os artigos recebidos pela Revista do MPPI são submetidos ao crivo do Conselho Editorial, que avalia a adequação à política editorial da Revista e às exigências de submissão. O autor poderá ser instado pelo Conselho Editorial a proceder com modificações nos artigos que estejam em desacordo com as normas da Revista.

Após o crivo do Conselho Editorial, os artigos submetidos serão encaminhados para análise do corpo de pareceristas, que procederá a pré-seleção dos artigos recebidos com base nos seguintes critérios:

- Ausência de conflitos de interesses para avaliar o artigo;
- Concordância com os critérios de não veiculação de preconceitos e/ou difamação e calúnias que firam a integridade dos leitores e/ou indivíduos citados; Coerência entre o título, o resumo, as palavras-chave e o conteúdo do artigo;
- Relevância do tema, atualidade da discussão e importância para os debates acadêmicos; Qualidade da abordagem, compreendendo a argumentação e o raciocínio empregados no texto, o desenvolvimento como artigo técnico-científico e a utilização correta dos conceitos empregados; Metodologia de pesquisa utilizada no artigo e sua respectiva descrição;
- Elementos textuais, avaliando a redação empregada, clareza, coesão e coerência do texto em seu desenvolvimento e norma culta;
- Adequação da conclusão aos objetivos propostos no texto; e
- Referências bibliográfica, pertinência e abrangência.

Os artigos serão avaliados através do método da dupla revisão às cegas ("double-blind review"), ou seja, serão examinados por 02 (dois) pareceristas, garantido o sigilo dos nomes dos autores. Caso haja discordância de apenas um parecerista, o artigo seguirá para análise final do Conselho Editorial.

O resultado da avaliação dos artigos poderá ser pela aprovação, rejeição ou aprovação com ressalvas, isto é, com sugestões para adequações necessárias, hipótese em que o autor será notificado para apresentar as modificações no prazo improrrogável de 07 dias úteis encaminhar o artigo científico corrigido pela plataforma de submissões: <https://submissoes.mppi.mp.br/revista/revista-eletronica-7a-edicao>. No prazo de 02 (dois) dias, os autores poderão justificar o não atendimento a eventuais sugestões de correções dos pareceristas, apresentando razões ao Editor-Chefe, também por meio da plataforma de submissões da Revista Eletrônica do MPPI.

O Editor-Chefe poderá encaminhar os trabalhos a Revisores para atestarem se os autores cumpriram todas as adequações ou modificações sugeridas pelos Pareceristas. Os revisores poderão, também, adequar textos e seus formatos às regras ABNT, inclusive para garantir o respeito à norma culta da língua portuguesa.

Concluídas as avaliações dos pareceristas, os artigos serão encaminhados ao Conselho Editorial, que selecionará, dentre os artigos aprovados, aqueles que serão publicados em cada edição.

As comunicações entre o Conselho Editorial e/ou Conselho Gestor da Revista e o autor será realizada por meio do e-mail cadastrado na plataforma de submissão.

Em se tratando de omissão de informações relevantes nesse Edital, a questão será colocada ao Conselho Editorial que resolverá sobre tema.

Teresina, 12 de março de 2025.

Teresinha de Jesus Moura Borges Campos

Diretora do CEAF /Presidente do Conselho Editorial.

ANEXO 1

REGULAMENTO DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

1. Objetivo

Este regulamento estabelece as normas para a submissão de artigos científicos à Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí,

com o intuito de garantir a qualidade e relevância dos trabalhos publicados.

2. Temática

Os artigos devem abordar temas relacionados aos interesses tutelados pelo Ministério Público e/ou às funções institucionais atribuídas a ele pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelas leis infraconstitucionais. A revista incentiva a pluralidade de abordagens e perspectivas, além de notícias sobre atividades desenvolvidas por membros e servidores do MPPI.

3. Caráter Multidisciplinar

A revista possui caráter multidisciplinar, permitindo o acesso à informação em diversas áreas do Direito, bem como em outras ciências correlatas.

4. Política Editorial

Originalidade: Os artigos devem ser originais e inéditos, não podendo estar em processo de avaliação por outra publicação. Há exceção para publicações estrangeiras e para artigos de autoria de Professores eméritos convidados pelo Conselho Editorial. Nesse último caso, imperioso que o artigo seja atualizado e que dele conste referência quanto ao não ineditismo.

Relevância: Os manuscritos devem apresentar contribuições significativas para a área do Direito e ciências correlatas.

Ética: Todos os artigos devem seguir normas éticas de pesquisa, incluindo consentimento informado quando aplicável.

Revisão Cega: Os artigos serão avaliados por meio do método de dupla revisão às cegas (double-blind review).

5. Normas de Submissão

Formato: Os artigos devem ser submetidos em formatos editáveis como DOC, DOCX, ou outros formatos compatíveis.

Extensão: Os manuscritos devem ter, preferencialmente, entre 12 e 25 laudas. Este limite inclui todo o texto do artigo, abrangendo os elementos pré-textuais, textuais, e pós-textuais, como título, resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento, conclusão, e referências bibliográficas.

Idioma: Os artigos devem ser redigidos em português, salvo exceções para artigos em inglês ou espanhol, que visem aumentar a visibilidade internacional da revista.

Anonimato: Não deve constar no texto qualquer indicação de autoria, para garantir o processo de revisão cega.

Ineditismo: Os trabalhos deverão ser inéditos, e sua aprovação não implica a imediata publicação.

6. Formatação ABNT

Papel: Dimensões A4.

Fonte e Tamanho: Utilizar Times New Roman, tamanho 12 para o texto principal.

Margens: Superior e esquerda de 3 cm; inferior e direita de 2 cm.

Espaçamento: Espaçamento entre linhas de 1,5.

Alinhamento: Texto justificado, primeira linha do parágrafo com recuo de 1,25 cm.

Enumeração das Páginas: Sequencialmente, em algarismo arábico na parte superior da página e à direita.

7. Estrutura do Artigo

Título: Deve ser claro e conciso, refletindo o conteúdo do artigo.

Resumo em Português: Com no mínimo 100 e no máximo 250 palavras, seguido de 3 a 5 palavras-chave. O resumo não deve conter indicativo numérico.

Resumo em Inglês (Abstract): Tradução completa do resumo em português, seguido de palavras-chave (keywords).

Introdução: Apresentação do tema, objetivos, justificativa da pesquisa e metodologia utilizada.

Desenvolvimento: Análise detalhada dos resultados e discussão dos dados obtidos.

Conclusão: Síntese dos achados e implicações práticas.

Referências: Devem seguir as normas da ABNT, utilizando o sistema autor-data para citações no texto (Ex.: Silva, 2020). As referências não devem conter indicativo numérico.

8. Diretrizes de Estilo e Formatação

Siglas: Quando aparecerem pela primeira vez no texto, a forma completa do nome precede a sigla, que deve ser colocada entre parênteses, conforme o Manual de Comunicação da Secom.

Notas de Rodapé: O expoente de enumeração da nota deve ficar em evidência; o conteúdo deve ser digitado em fonte tamanho 10 e espaçamento simples entre as linhas, evitando textos longos.

8.1 Destaques

Destaques em Texto: Devem ser feitos com o uso de itálico para palavras ou expressões.

8.2 Citações

Citações Diretas (mais de 3 linhas): Devem ser destacadas com recuo à margem esquerda, em fonte 11, espaço simples, com recuo de 4cm, sem aspas e sem itálico.

Citações Diretas (até 3 linhas): Feitas no corpo do texto, entre aspas, sem itálico ou negrito, salvo os casos em que o grifo tenha sido do autor citado.

Citações Indiretas: Devem seguir o sistema de referência autor, ano (Autor, 0000), de acordo com a NBR 10520/2023.

8.3 Seções do Artigo

Numeração Progressiva: As seções do artigo devem ser numeradas de forma progressiva, de acordo com a NBR 6024. A numeração deve ser feita com algarismos arábicos e deve refletir a hierarquia das seções, subseções e outras subdivisões.

Títulos e Subtítulos: Devem ser claros e concisos, sem ponto final, hífen ou qualquer outro sinal de pontuação após o número indicativo.

Hierarquia: Deve ser respeitada a hierarquia de títulos e subtítulos, utilizando-se diferentes níveis de numeração conforme necessário para organizar o conteúdo de forma lógica e coerente.

8.4 Referências

Elaboração: As referências devem ser elaboradas em espaço simples, alinhadas à margem esquerda do texto e separadas entre si por uma linha em branco de espaço simples, de acordo com a NBR 6023/2018.

Documentos Online: Para documentos online, além dos elementos essenciais e complementares, deve-se registrar o endereço eletrônico, precedido da expressão "Disponível em:", e a data de acesso, precedida da expressão "Acesso em:".

Padronização: As referências devem ser padronizadas quanto ao recurso tipográfico e à adoção dos elementos complementares.

Responsabilidade sobre o Conteúdo: Os textos e a exatidão das fontes utilizadas e referências listadas são de inteira responsabilidade de seus autores. Os textos devem ser enviados dentro dos padrões gramaticais da norma culta da língua portuguesa, bem como nos padrões de normatização, segundo a ABNT.

9. Diretrizes para Autores

Submissão: A submissão dos trabalhos deve ser realizada, exclusivamente, por meio da plataforma da Revista Eletrônica do Ministério Público pelo link: submissoes.mppi.mp.br.

Autoria: Autoria individual ou coautoria de no máximo 3 (três) autores. O nome e a titulação dos autores não poderão constar, em nenhuma hipótese, no texto do artigo científico. Esses dados devem ser inseridos somente nos dados pessoais da plataforma de submissão da Revista, a fim de preservar o processo da dupla revisão às cegas (double-blind review), garantindo o sigilo dos nomes dos autores durante a avaliação.

Titulação: Pelo menos um dos autores deve possuir titulação mínima de especialista. Graduados em Direito podem participar, desde que em coautoria com mestre ou doutor.

10. Revisões e Alterações

A Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí poderá efetuar revisões ou alterações formais, ortográficas e gramaticais nos trabalhos, respeitando o estilo do manuscrito e a opinião do autor, não sendo permitidas alterações de conteúdo.

11. Aprovação Ética

Necessidade de Aprovação: Pesquisas que envolvem seres humanos, animais, ou que possam afetar a segurança, privacidade, ou direitos de indivíduos ou grupos devem obter aprovação de um comitê de ética antes da submissão. Isso inclui manipulação de dados sensíveis ou informações que possam impactar direitos individuais ou coletivos. Os autores devem fornecer prova de aprovação ao submeter o artigo.

12. Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para Pesquisas Científicas

Aplicabilidade: Esta seção se aplica a artigos científicos que utilizam dados pessoais conforme definido pela LGPD, incluindo, mas não se limitando a, pesquisas médicas, sociais, comportamentais, de mercado, educacionais e em ciências humanas.

Consentimento Informado: Os autores devem obter consentimento explícito e informado dos participantes para a coleta e uso de dados pessoais, detalhando a finalidade e o escopo do tratamento.

Finalidade e Necessidade: Os dados coletados devem ser estritamente necessários para os objetivos da pesquisa, e os participantes devem ser informados sobre como seus dados serão utilizados.

Transparência e Comunicação: Os participantes devem ser claramente informados sobre os dados coletados, o propósito do uso, quem terá acesso, e por quanto tempo os dados serão armazenados.

Segurança dos Dados: Medidas técnicas e administrativas adequadas devem ser implementadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda ou destruição.

Direitos dos Titulares dos Dados: Os participantes devem ser informados sobre seus direitos de acessar, corrigir ou solicitar a exclusão de seus dados pessoais a qualquer momento.

Conformidade e Responsabilidade: Os autores devem demonstrar conformidade com a LGPD e estar preparados para fornecer evidências de práticas de proteção de dados em suas pesquisas.

Revisão Ética: Pesquisas que envolvem dados pessoais devem ser submetidas a um comitê de ética para avaliação e aprovação antes da submissão do artigo, garantindo que todas as práticas de tratamento de dados estejam em conformidade com a LGPD.

13. Política Antiplágio

Ferramentas de Detecção: Todos os manuscritos serão submetidos a ferramentas de detecção de plágio para garantir a originalidade do conteúdo.

Consequências: Manuscritos que apresentem plágio serão rejeitados imediatamente, e os autores poderão ser impedidos de submeter futuros trabalhos à revista.

14. Inclusão e Diversidade

Diversidade de Autores: A revista incentiva submissões de autores de diversas origens e regiões geográficas, promovendo a inclusão e a diversidade no campo acadêmico.

Temas Diversos: Incentivo à publicação de artigos que abordem uma ampla gama de temas, incluindo aqueles que tratam de questões de justiça social, direitos humanos e equidade.

15. Sustentabilidade e Impacto Social

Temas Sustentáveis: Incentivo à submissão de artigos que abordem questões de sustentabilidade, impacto social e responsabilidade ambiental.

Impacto na Sociedade: A revista busca publicar pesquisas que tenham um impacto positivo e significativo na sociedade e no desenvolvimento humano.

16. Acesso Aberto

Disponibilidade: A revista adota uma política de acesso aberto, permitindo que o conteúdo publicado esteja disponível gratuitamente para todos os leitores, promovendo a disseminação do conhecimento.

17. Comunicação de Desistência

É de exclusiva responsabilidade do autor comunicar aos editores da Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí a desistência da submissão ou a publicação do trabalho em outro meio que retire o ineditismo.

18. Critérios de Avaliação

Para análise e avaliação dos trabalhos serão considerados:

- Enquadramento na política editorial, missão, escopo e valores da Revista;
- Relevância do assunto e a contribuição para o avanço do conhecimento na área de sua temática;
- Clareza e cumprimento dos objetivos propostos;
- Consistência teórico-metodológica, fundamentação da análise e criticidade da discussão e/ou dos dados apresentados.

19. Direitos Autorais e Licenciamento

Licença Creative Commons: Os artigos publicados na revista serão licenciados sob a licença Creative Commons CC BY (Atribuição), permitindo que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito ao autor original e à Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí.

20. Indexação e Qualificação

Qualis Periódicos: A revista busca atender aos critérios de indexação e qualificação da CAPES, visando o aprimoramento contínuo e a obtenção de uma classificação elevada no Qualis Periódicos.

21. Visibilidade Internacional

Exceções Linguísticas: A revista aceita submissões em inglês e espanhol, além do português, para aumentar a visibilidade internacional.

Parcerias: Estabelecimento de parcerias com revistas internacionais e participação em redes de pesquisa global.

Divulgação: Estratégias de divulgação em plataformas internacionais e redes sociais acadêmicas.

22. Disposições Finais

Contato: Dúvidas e informações adicionais podem ser encaminhadas para o e-mail revistaeletronica@mppi.mp.br.

Alterações: Este regulamento poderá ser revisado periodicamente para atender às exigências institucionais e da CAPES.

1 Regulamento aprovado, à unanimidade, após deliberação, de forma virtual e assíncrona, do Conselho Editorial da Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí em Reunião Ordinária nº 01/2025, ocorrida entre 07.02.2025 (iniciada às 16h) a 11.02.2025 (finalizada às 18h30).

6. PERÍCIAS E PARECERES TÉCNICOS

6.1. EXTRATOS

EXTRATO 20/2025

PROCESSO: 19.21.0014.0003780/2020-63

ESPÉCIE: TERMO ADITIVO Nº 3 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 11/2023

PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ E MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS-PI.

OBJETO: ALTERAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ORA ADITADO PARA PRORROGÁ-LO COM A FINALIDADE DE CONTÍNUA MELHORIA TÉCNICA DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA PROCURADORIA DE JUSTIÇA À POPULAÇÃO.

VIGÊNCIA: INÍCIO A PARTIR DE 03 DE MARÇO DE 2025, COM TÉRMINO EM 02 DE MARÇO DE 2026.

ASSINATURA: 26/02/2025